



A URGÊNCIA DE EDUCAR PARA VALORES

Um Contributo para a Literacia Social

Índice

05	Prefácio
07	O Lugar dos Valores na Educação uma Aprendizagem Social
07	Introdução
14	O Valor dos Valores – Entre Mudança e Permanência
21	A Socialização e a Transmissão de Valores
33	Os Valores e a Construção de Sentido
41	Dez Anos de Valores em Portugal
41	Introdução
43	Caracterização das Amostras
47	Conjugalidade e Parentalidade
51	Individualismo
53	Objectivos de Vida Essenciais
55	Hierarquia de Valores
58	Confiança e Decisões Morais
60	Valores com Futuro
61	Conclusões
65	A Aprendizagem Experiencial
65	Introdução
66	Aprendizagem Experiencial
68	Princípios Básicos da Aprendizagem Experiencial
71	O Ciclo de Aprendizagem Experiencial

73	Estilo e Espaço de Aprendizagem
75	Condições Necessárias para a Aprendizagem Experiencial
76	Aprendizagem Experiencial em Equipas
78	A Aplicação da Metodologia de Aprendizagem Experiencial: Vantagens, Possíveis Limitações e Directrizes para uma Aprendizagem Eficaz
80	Investigação no Âmbito da Aprendizagem Experiencial: Validação e Suporte desta Abordagem
81	Conclusões
87	A Avaliação da Educação para Valores nos Sistemas de Ensino: a Experiência Inglesa
87	Introdução
88	A Educação para a Cidadania (EC) em Inglaterra
90	A Avaliação da EC através de CELS
95	Em Conclusão: Considerações acerca da Avaliação de Inovações Curriculares
101	A Gestão do Conhecimento e a Centralidade dos Valores para Educação
101	Que Valores para a Educação
103	Uma Visão Empírica sobre o Actual Sistema Educativo
105	Aplicar a Gestão do Conhecimento à Escola
107	O Desafio

Prefácio

Marcando o lançamento do primeiro Programa Europeu de Literacia Social para Crianças – o LED on Values – a presente publicação visa oferecer aos diversos públicos deste Programa um recurso de aprofundamento e reflexão sobre o tema da Educação para Valores.

Os artigos constantes desta publicação são textos originais escritos pelos respectivos autores – destacadas individualidades na investigação, docência, governação e consultadoria nas áreas da Educação, Formação e Gestão – por ocasião das suas comunicações no seminário promovido pelo iLIDH a 30 de Junho de 2009, na Universidade Católica Portuguesa.

A receptividade que estas comunicações tiveram junto dos mais de 180 participantes, entre os professores, directores de escolas públicas e privadas, representantes de autarquias, investigadores e empresários presentes no evento, assinalaram a relevância de se proceder à publicação destes artigos.

A publicação desta obra em *eBook*, disponível para todos e de qualquer lugar, reforça a intenção do iLIDH e do LED on Values de disponibilizar conhecimento que apoie o urgente movimento de reflexão-acção em torno de abordagens à Educação para Valores em contexto escolar.

É o sincero desejo do iLIDH e dos autores que generosamente ofereceram o seu conhecimento e esforço na produção destes artigos, que este livro seja colocado ao serviço da modernização e humanização do ensino em Portugal e na União Europeia, abrindo um espaço de reflexão e discussão sobre a urgência e relevância dos Valores nos processos de ensino e aprendizagem.

Autores:

David Kerr, Mário Henriques, Joana Lopes, Paulo Cardoso do Amaral, João Lameiras, Pedro Almeida, Lourenço Xavier de Carvalho, Roberto Carneiro

Coordenador:

Lourenço Xavier de Carvalho

ISBN: 978-989-96575-0-2

O LUGAR DOS VALORES NA EDUCAÇÃO

UMA APRENDIZAGEM SOCIAL

Roberto Carneiro

“No one would have any reason to live, if they didn't have something that was worth dying for”

A. Giddens

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordaremos os sistemas de valores e as suas formas de transmissão, sobretudo pela educação, numa dimensão marcadamente social.

Isto é, não nos ocuparemos predominantemente da vertente *normativa* dos valores, nem dos sistemas axiológicos que informam as noções de bem e de mal nas nossas sociedades contemporâneas.

Por isso, não é nosso propósito investigar (método *investigativo*) quais são os valores “superiores” que se impõem pela razão a uma sociedade que necessita de estabilidade e que regem o exercício da liberdade responsável, por oposição ao império do mero “capricho”. Nem é nosso mandato proceder ao método *avaliativo* que procede à ponderação de uma hierarquia dos melhores valores para uma determinada sociedade.

Tão pouco nos preocuparemos com o método *descritivo* que procura analisar o que as pessoas efectivamente consideram como sendo valor ou aquilo que habita as suas representações mentais.

Tomaremos por pressuposto que o homem é um ser moral¹ e que essa propensão para a distinção entre o bem e o mal é parte indissociável da natureza humana. Assim sendo, a aprendizagem dos valores na esfera das instâncias básicas de socialização é componente básica da sua sobrevivência como ser moral, ou seja, como espécie culturalmente apta a extrair sentido da existência e a construir significado a partir da vida em comum.

Neste particular, revisitamos as grandes tradições medievais, aristotélica e tomista, segundo as quais a *virtude* fundamenta-se não apenas no que a natureza nos dá como no seu aperfeiçoamento continuado. Afastamo-nos, todavia, da tese da perfectibilidade absoluta de Kant que sustenta o *imperativo categórico*, doutrina que separou integralmente a moral e a natureza com base no entendimento de que o bem resulta da imposição da vontade sobre a natureza.

Colocado o problema nestes termos há que reconhecer estarmos defrontados com interessantes e novos desafios de uma sustentabilidade social baseada numa ordem de valores, tendo por pano de fundo uma sociedade que sofre uma vertiginosa mutação.

Dito isto, seria no mínimo estranho, quando não incompreensível, que neste artigo ignorasse – ou sequer subalternizasse – o quadro de crise mundial que caracteriza o momento actual. Onde se encontram as causas últimas da crise que a todos preocupa? Como explicar o estado caótico a que chegou a ordem económica e financeira internacional? Quais as reais determinantes do colapso dos mercados que ditavam até recentemente a marcha do planeta?

- Ganância excessiva nos sectores financeiros?
- Imprudência no crédito à habitação (sub-prime)?
- Especulação financeira e económica sem criação de valor?
- Pressão para maximização de lucros a curto prazo sem cuidar dos impactos sobre a sociedade e os stakeholders a longo prazo?
- Colapso dos sistemas de governação?
- Insuficiente regulação dos mercados financeiros e económicos?
- Ausência de políticas públicas adequadas?
- Comportamentos censuráveis dos gestores, incluindo enriquecimento fácil e ilícito?

1 “By amoral sense I mean an intuitive or directly felt belief about how one ought to act when one is free to act voluntarily (that is, not under duress): sympathy, fairness, self-control, and duty”. Wilson, J.Q. (1993)

- Corrupção generalizada e fraudulenta?
- Corrida crescente a consumos desenfreados?

...

A sorte do planeta tem-se jogado na “corda bamba” da crise e está generalizada a convicção de que das respostas estruturais que a ela se derem dependerá a prosperidade global da humanidade.

Efectivamente, nunca nas últimas décadas o sentimento de incerteza, de crise, e de preocupação atingiu proporções planetárias tão cavadas.

E, bem entendidas as coisas, a razões fundamentais da crise encontram-se associadas a causas bem mais simples de cotejar, a saber:

- *O abandono de padrões éticos na condução dos negócios*
- *O colapso generalizado dos códigos de conduta*
- *A recusa da “mão invisível” dos VALORES como único regulador definitivo e sustentável dos mercados.*

A redução drástica do nível de tensões no mundo pressupõe a criação de uma ordem internacional menos injusta e menos desigual. Só uma partilha mais efectiva dos padrões de prosperidade e um empenhamento solidário na reversão das situações chocantes de infortúnio e de destituição poderão conter a beligerância, o terrorismo, a intolerância, as migrações forçadas e os crónicos desequilíbrios económicos, demográficos e socio-culturais. O acesso à prosperidade e ao bem-estar terá de deixar de ser um privilégio de uma minoria para passar a direito inquestionável da maioria, senão de todos os concidadãos do mundo.

Na mesma linha de raciocínio, a consciência de que os consumos supérfluos e o desperdício ostentatório são insustentáveis para um planeta finito é agora uma evidência a exigir novos comportamentos económicos e a generalização de práticas de auto-contenção e auto-regulação até agora ausentes na maioria das sociedades industrializadas. Mercados, agentes económicos, empresas e consumidores são convocados à adopção de comportamentos mais responsáveis e “amigos” do ambiente natural cujo direito de fruição por gerações vindouras não pode ser alienado.

Os nossos sistemas educativos não se podem dar ao luxo de viver alheados dos grandes reptos postos por uma ordem internacional em desagregação. Muito menos podem ignorar que as crises foram provocadas por graves quebras de padrões comportamentais por parte de pessoas investidas em lugares

de responsabilidade de topo. Consequentemente, qualquer saída duradoura da crise terá de se apoiar na formação de uma elite dirigente escorada em valores pessoais e sociais acima de quaisquer vicissitudes e resilientes a todas as seduções materiais.

Neste plano, a inovação principal a ter em consideração reside na recusa do *imperativo tecnológico* – assente na falsa premissa de que a potência legítima automaticamente o acto – em nome do *imperativo ético* que recusa liminarmente a prática do acto imoral ainda que a falácia tecnologia a propicie.

A importação para a esfera do social das teses libertárias da mão invisível na economia de mercado não é inocente. A ideia de que todo o progresso científico e tecnológico goza, por direito próprio, de auto-legitimação é uma perigosa emanção desse novo culto²: perante a impotência dos imperativos éticos grassa um imperativo tecnológico que sanciona automaticamente a conversão de toda a potência em acto. Do mesmo passo, a disseminação de uma cultura hedonista de curto prazo, feita de consumo material ilimitado, desvalorizou o *diferimento de gratificação* que sempre esteve na base de valores de solidariedade e de gratuidade.

A realidade pós-moderna elegeu como seu símbolo maior a afirmação do diverso (humano, cultural, religioso, ecológico, linguístico, antropológico). Essa saudável libertação de um ordenamento social, cultural e económico assente no paradigma de uma *máquina industrial*, em que todo o futuro se explica por subordinação a condições iniciais pré-estabelecidas, conhece uma *deriva* resultante da afirmação de um individualismo infrene. O fenótipo acabou por prevalecer sobre o genótipo.

Na Europa, esta “descoberta” não é alheia ao desenvolvimento exponencial do fenómeno da imigração. Continente tradicionalmente de emigração – foi com origem nas descobertas e nos fluxos migratórios de europeus para outras regiões que a história conheceu o trânsito para a *modernidade* – a Europa, sobretudo a União Europeia, vê-se agora defrontada com questões candentes de governabilidade dos novos contingentes de imigrantes e com a gestão da diversidade.

São os ilegais norte-africanos em Espanha, os turcos na Alemanha, os albaneses em Itália, os asiáticos no Reino Unido, os ucranianos e brasileiros em

2 Veja-se, a este propósito, a última obra de Fukuyama sobre as alternativas de regulação científica e tecnológica que se abrem ao futuro da humanidade: Fukuyama, F. (2002).

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

